REVISTA EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE - RECS
Vol. 16, n.1, 35ª Edição, 2026
ISSN: **2237-1648** e-mail: revistaedu@unemat.br
https://periodicos.unemat.br/index.php/recs
https://doi.org/10.30681/ecs.v16i1.15122

O ENSINO DAS HISTÓRIAS E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS NOS ANOS INICIAIS: Uma Revisão Sistemática de Literatura

THE TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS HISTORIES AND CULTURES IN THE EARLY YEARS: A Systematic Literature Review

ARTIGO

Danrvney Christian Monteiro dos Santos[i]
Universidade Federal da Grande Dourados
E-mail: danrvney.christian@gmail.com

Rafaela Bayerl de Lima
Universidade Federal da Grande Dourados
E-mail: rafa.bl98@hotmail.com

Cryseverlin Dias Pinheiro Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: Cryseverlin.santos@ifms.edu.br

Editor deste número:
Dr. José Luiz Muller
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br

RESUMO:

A pesquisa objetiva mapear os trabalhos acadêmicos que abordam o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas nos anos iniciais na disciplina de história entre 2003 e 2025. Entre as produções selecionadas, foram analisadas aquelas que investigam o contexto da Região Centro-Oeste. Para isso, o estudo apresenta caráter bibliográfico e uma abordagem quanti-qualitativa. Utilizou-se a técnica da Revisão Sistemática de Literatura. Os resultados demonstraram um aumento de trabalhos sobre as temáticas a partir do ano de 2015. Contudo, verificou-se um baixo número de trabalhos acadêmicos na Região Centro-Oeste. A análise de seis produções, evidenciou a predominância de ensinamentos baseados no reconhecimento da diversidade, distanciando-se de uma educação crítica-reflexiva sobre as tensões raciais e colonialidades vigentes. Além disso, identificou-se que as histórias desses povos costumam ser retratadas apenas nos períodos da escravidão e da colonização. Assim, ainda persistem silenciamentos em relação às suas contribuições na construção e no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Anos iniciais; Ensino de História; Povos africanos e afro-brasileiros; Povos indígenas.

ABSTRACT*:*

This study aims to map the academic works that address the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous histories and cultures in the early years of elementary education within the History curriculum between 2003 and 2025. Among the selected studies, those investigating the context of Brazil's Central-West Region were analyzed. To this end, the research is characterized as a bibliographic study with a mixed-methods (quantitative and qualitative) approach. The Systematic Literature Review technique was employed. The findings revealed an increase in studies on these themes beginning in 2015. However, a low number of academic works focusing on the Central-West Region was identified. The analysis of six studies highlighted the predominance of educational approaches centered on the recognition of diversity, distancing themselves from a critical-reflective education concerning ongoing racial tensions and coloniality. Furthermore, it was found that the histories of these peoples are often portrayed only within the contexts of slavery and colonization. Thus, the silencing of their contributions to the construction and development of Brazilian society still persists.

Keywords: Early years; History teaching; African and Afro-Brazilian peoples; Indigenous peoples.

1 INTRODUÇÃO

O ensino das histórias indígenas e afro-brasileiras não pode ser considerado apenas como um tema atual do campo da educação, é também urgente. Esses saberes tornaram-se obrigatórios a partir da Lei nº 10.639/2003, conquistada pela luta dos movimentos negros. Posteriormente, em março de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.645/2008, que alterou novamente o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, incluindo os conteúdos das histórias e culturas indígenas como obrigatório nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio do Brasil.

Há, ainda, no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2013), oferece diretrizes que torna obrigatória sua adoção em toda a educação básica.

Em entrevista a Bergamaschi (2013), o Professor Antropólogo Gersem Baniwa, afirmou que compreende a Lei nº 11.645/2008 como uma grande conquista dos negros e indígenas, uma vez que ela é reconhecida como um instrumento fundamental para combater o preconceito e a discriminação entre pessoas e povos. Contudo, apesar da garantia desse direito legal, estudos recentes mostram que essa legislação não vem sendo contemplada nas escolas urbanas.

Troquez e Santana (2022) realizaram um estudo de caso entre 2016-2018 sobre esses temas nas escolas urbanas públicas da cidade de Dourados (MS). Após a investigação, o estudo revelou que não há projetos que abrangem esses temas, resultando na não contemplação da legislação.

Assim, pode-se compreender que, mesmo após quase duas décadas da promulgação de sua obrigatoriedade, o sistema de ensino e as instituições escolares continuam perpetuando silenciamentos e negações por meio de seus currículos. E, mesmo quando esses vieses são trabalhados em sala de aula, muitas vezes são reproduzidos preconceitos e estereótipos enraizados nas concepções dos professores e/ou nos discursos dos livros didáticos, os quais são produzidos a partir do viés eurocêntrico (Carvalho e Scaramuzza, 2022).

Para a educação das histórias e culturas afro-brasileiras, podemos destacar um certo avanço para a formação de professores, como também, para a perpetuação de uma educação antirracista a partir da Lei nº 10.639/2003. Um deles, relacionado às implantações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB). De acordo com Liston (2023, p. 75), “uma das formas mais significativas da inserção da temática de História e Cultura Afro-Brasileira acontece a partir dos núcleos de ensino”.

Apesar disso, a autora conclui em sua pesquisa que nem todos os professores têm se comprometido com essa vertente, especialmente professores brancos, decorrente da ausência de uma formação inicial e continuada alicerçada na interculturalidade decolonial.

Para Catherine Walsh (2007, p. 57, tradução nossa) “a interculturalidade oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização e da construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta”. Nesse sentido, a autora defende que a interculturalidade, em seu viés crítico e decolonial, não é apenas a tolerância e vivência harmônica entre as culturas, mas é um instrumento que, a partir da diferença, tem poder de interpelar, denunciar e modificar as relações de poder com as quais a sociedade é construída.

Logo, por compreender a importância de um ensino fundamentado no viés da interculturalidade crítica decolonial voltado a esse cenário, essa investigação nasce da vontade mútua em identificar o processo da implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos ensinamentos de história nos anos iniciais na Região Centro-Oeste com foco no Mato Grosso do Sul e buscar as discussões acadêmicas realizadas sobre esses conhecimentos no Brasil. Diante disso, esse estudo tem como objetivo geral mapear os trabalhos acadêmicos do Brasil que abordam, na disciplina de história nos anos iniciais, o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas entre 2003 e 2025. Como objetivo específico buscamos analisar aqueles que investigaram o contexto da Região Centro-Oeste do Brasil.

Esse estudo apresenta uma abordagem quanti-qualitativa com procedimento de pesquisa bibliográfica. Inicialmente, foi realizado um mapeamento quantitativo das produções acadêmicas que investigam esses preceitos na disciplina de história nos anos iniciais. Enfim, realizou-se a análise qualitativa das produções realizadas na Região Centro-Oeste do Brasil, composta pelos estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

No próximo subtítulo, será realizada uma reflexão teórico-epistemológica acerca do

processo histórico da colonização e sua influência no campo educacional. À vista disso, apresentaremos os conceitos e as epistemologias utilizadas, assumindo o viés decolonial deste estudo. E, no subtítulo 3, realizaremos o procedimento da pesquisa bibliográfica, embasada na Revisão Sistemática de Literatura.

2 A DE(S)COLONIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS

A colonização do Brasil é um período histórico de dominação política e territorial amplamente estudado na academia, uma vez que exerce forte influência sobre a trajetória dos Povos Indígenas e Afro-brasileiros. Segundo Quijano (1992), o colonialismo pode ser entendido como a dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os grupos dominados de todos os continentes. Logo, o colonialismo, no sentido de um sistema de dominação formal e explícito, frequentemente é associado ao passado.

No entanto, quando nos referimos à colonialidade, estamos falando sobre o modo de dominação que persiste nos dias atuais, manifestando-se na crescente desigualdade social, no racismo, na reprodução de estereótipos e nas diversas formas de violência, sendo elas físicas, psicológicas, culturais e epistêmicas. Nesse sentido, a superação da colonialidade demanda a urgência de uma luta decolonial, capaz de questionar e transformar as estruturas de dominação ainda vigentes.

Para Maldonado-Torres (2018), a decolonialidade fundamenta-se no “giro decolonial”, que pode ser entendido como o rompimento crítico do sujeito com a lógica da modernidade/colonialidade, superando uma visão alienada sobre as esferas de sua própria vida e do mundo. Esse movimento busca criar condições para que sujeitos antes silenciados tenham suas vozes reconhecidas, assumindo posições de teóricos, intelectuais, pensadores e produtores de conhecimento, engajados com a luta contínua da decolonialidade.

O sistema educacional foi e continua sendo um instrumento colonial. As práticas educativas, os materiais didático-pedagógicos, os discursos e subjetividades presentes nas instituições de ensino são, em sua maioria, fundamentados em visões eurocêntricas, coloniais e hegemônicas. Foi apenas a partir de intensas mobilizações e movimentos negros e indígenas que iniciou-se uma maior preocupação com a inclusão desses preceitos no currículo escolar. A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 são frutos das lutas árduas desses grupos e seus aliados. Contudo, apesar dessa garantia legal, Candau (2020, p. 684) afirma que “um número significativo de trabalhos evidencia a dificuldade de se superar uma visão meramente pontual da incorporação desta temática nas nossas escolas”.

Esses saberes nas escolas devem oportunizar a desconstrução de saberes coloniais e permitir a construção do conhecimento acerca desses temas a partir das próprias epistemologias indígenas e africanas. O não ensino do tema e/ou a sua abordagem a partir de saberes coloniais faz com que a escola seja um instrumento potente de propagação e de fortalecimento das colonialidades. Diante disso, é possível afirmar que a colonialidade estrutura a sociedade há muitos séculos e, sendo a escola um reflexo da sociedade, as ferramentas educacionais também passam a ser instrumentos coloniais.

Gomes (2021) afirma que, no Brasil, as desigualdades raciais foram naturalizadas pelo racismo e pelo capitalismo, estando imersas nas relações de poder. Logo, as pessoas negras são vistas e tratadas ainda como não humanas, estando sujeitas às diversas formas de violências e extermínios. Essa afirmativa é respaldada pelos dados do Atlas da Violência (Brasil, 2024) que apontam que 76,5% do total de homicídios no Brasil registrados no ano de 2022, as vítimas eram pretas ou pardas. Esses dados alarmantes refletem a urgência do combate ao racismo no Brasil em todas as esferas.

Dentre as populações brasileiras, os povos originários também enfrentam, historicamente, situações de violências e vulnerabilidades. Mato Grosso do Sul (MS) é o terceiro estado com maior quantitativo de população indígena do país, totalizando, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023), 116.346 pessoas autodeclaradas indígenas. Contudo, segundo Chamorro e Combés (2018, p. 19), o MS “é também um dos primeiros colocados na violação dos direitos humanos desses indígenas, com repercussão nacional e internacional a respeito de casos frequentes de discriminação, racismo e violência extrema”.

Nesse sentido, oferecer uma educação a partir da óptica decolonial possibilita que, desde a etapa dos anos iniciais, os estudantes compreendam a importância histórica, cultural e social dos povos originários e da população negra, reconhecendo e valorizando suas culturas e

identidades, tornando-se cidadãos que buscam romper com as perpetuações de opressão e discriminação para com os povos indígenas e com a população negra.

A partir do estudo de Freire (1987), pode-se considerar que os educandos, em toda e qualquer etapa de educação, atuam como sujeitos ativos em seu próprio processo de ensino e aprendizagem. Na etapa dos anos iniciais, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os alunos iniciam o seu contato com disciplinas que abordam as Humanidades e Linguagens, produzindo conhecimentos, significados, valores, percepções e discursos que, muitas vezes, o acompanharão até a vida adulta. É nesse cenário que torna-se urgente questionar narrativas, concepções enraizadas, imposições e modelos vigentes no âmbito educacional que continuam perpetuando opressões, negações e silenciamentos dentro dos ambientes escolares.

Para tanto, buscamos investigar a quantidade de pesquisas que abordam esses temas nos anos iniciais e, entre essas, analisar as que foram produzidas na Região Centro-Oeste. Com isso, pretendemos compreender os desafios, as lacunas, possibilidades e concepções na disciplina de História.

3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) vem sendo utilizada frequentemente nas pesquisas acadêmicas para reunir informações sobre uma determinada área de estudo, buscando identificar metodologias, resumir os dados existentes e "acompanhar o curso científico de um período específico, chegando ao seu ápice na descoberta de lacunas e direcionamentos viáveis para a elucidação de temas pertinentes." (Gomes; Caminha, 2014, p. 397).

A RSL é definida como uma técnica bibliográfica de pesquisa documental. E, como qualquer estudo de cunho acadêmico, essa técnica requer procedimentos e objetivos bem definidos. Sendo assim, este trabalho pode ser dividido em duas etapas. A primeira etapa objetivou mapear e quantificar os estudos acadêmicos do Brasil que tratam do Ensino da Temática Indígena, Africana e Afro-Brasileira nas disciplinas de história nos anos iniciais, apresentando uma visão geral nacional. Posteriormente, na segunda etapa, os resultados foram filtrados, e a análise ocorreu em pesquisas que investigam o contexto da Região Centro-Oeste do Brasil, a partir do intuito de compreender/analisar as particularidades regionais.

Cabe salientar que sua inserção nos anos iniciais é possível e necessária ser trabalhado de forma interdisciplinar. Contudo, filtramos as pesquisas que enfatizam esses conhecimentos na disciplina de História devido aos conteúdos programáticos dessa disciplina.

Para a busca das pesquisas foram utilizados os descritores e operadores booleanos: "Indígena AND anos iniciais AND história" para pesquisas que tratam mais especificamente da temática indígena, e "afro-brasileira AND anos iniciais AND história" para pesquisas que tratam do conteúdo afro-brasileiro.

As bases de dados utilizadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Optou-se por buscar trabalhos publicados entre os anos de 2003 a 2025, devido à promulgação da Lei nº 10.639/2003. A única base de dados que refinamos para buscar produções que tinham os descritores selecionados apenas no título foi o Google Acadêmico, tendo em vista a abrangência de produções presentes na plataforma. Para os demais, deixamos em aberto para ampliar os resultados e alcançarmos mais produções.

O resultado do levantamento foi uma grande quantidade de produções acadêmicas, totalizando 329 trabalhos. A base de busca que menos evidenciou resultados foi a SciELO. Ao contrário desta, a que mais tivemos resultado foi o Catálogo de Teses e Dissertações CAPES.

Após o levantamento, realizamos o filtro de produções a partir de critérios selecionados, atendendo ao período temporal e à temática selecionada. A partir da leitura dos títulos e resumos e, em alguns casos, também a introdução, foram excluídos os trabalhos que não se remeteram à disciplina de história, que eram voltados a outra etapa de ensino e período temporal, e as produções repetidas.

Após a etapa da exclusão, foram mantidas 37 produções que atenderam aos critérios selecionados. Entre elas, foram selecionadas 18 produções com os descritores "indígena AND anos iniciais AND história" e 19 com "afro-brasileira AND anos iniciais AND história", prevalecendo mais produções selecionadas a partir do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES.

Em relação ao local de pesquisa, uma das produções analisa duas cidades de diferentes estados brasileiros e Regiões, totalizando 38 locais investigados. O local com maior número de investigações foi a Região Sul, com 11 pesquisas (29%), seguida das Regiões Nordeste (24%) e Sudeste (24%) que empataram com 9 produções em cada, depois a Região Centro-Oeste com 6 (15%), e por último a Região Norte com 3 produções (8%).

Consideramos uma baixa quantidade de trabalhos que investigou esse tema na Região Centro-Oeste. De 38 locais de pesquisa, apenas 6 investigaram o contexto da Região Centro-Oeste, totalizando aproximadamente 15% das produções brasileiras. Esse número pode ser explicado pelo fato de o número de Programas de Pós-Graduação no MS ser relativamente mais baixo do que nas Regiões Sul e Sudeste e Nordeste, conforme os dados oficiais apresentados no Observatório de Pós-Graduação (CAPES, 2025). O baixo número de produções acadêmicas demonstra a sua invisibilização em regiões historicamente marcadas por conflitos agrários e violências contra os povos indígenas.

Com apenas uma produção registrada nos anos de 2007, 2011, 2012 e 2014, observou-se um aumento na quantidade de publicações a partir do ano de 2015. Desde então, todos os anos contam com ao menos uma publicação, alcançando o total de seis produções em 2022. Em 2025, já foram identificadas duas publicações apenas no primeiro semestre.

Esse crescimento indica um interesse cada vez maior nas pesquisas voltadas a esses saberes devido ao fortalecimento das lutas dos povos originários e dos movimentos negros, que vêm conquistando direitos e tornando-se pautas sociais e acadêmicas urgentes.

CÓDIGO	ANO/ AUTORES	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO	LOCAL DE PESQUISA	PERIÓDICO / PROGRAMA VINCULADO
T1	2007/ Angela Maria Alves	A inserção da temática racial nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola da rede pública municipal de Campo Grande	Dissertação	Campo Grande - MS	Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco
T2	2015/ Elzanir Leandro Bandeira da Silva Monteiro	História e cultura Afro-brasileira nos livros didáticos de história dos anos iniciais do ensino fundamental de Ladário-MS	Dissertação	Corumbá - MS	Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
T3	2016/ Anna Maria Ribeiro F. M. Costa	O parque indígena do Xingu e o Congo belga: ensino de história e pluralidade cultural nos anos iniciais do ensino fundamental	Artigo	Várzea Grande - MT	Revista História & Ensino
T4	2022/ Andréa Rezende Borges	O indígena real ou imaginário: um breve debate sobre a invisibilidade cultural indígena nos livros	Dissertação	Catalão - GO	Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto

		didáticos			de História e Ciências Sociais (INHCS) da Universidade Federal de Catalão
T5	2023/ Ana Paula da Silva Pinheiro	Análise sobre a presença da temática étnico-racial em materiais didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica do Distrito Federal	Dissertação	Brasília - DF	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília
T6	2024/ Lilian de Paula Lima	Webquest: uma proposta para o ensino de história e cultura afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental	Dissertação	Goiânia - GO	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás

Após a primeira etapa, selecionamos os 6 trabalhos que investigaram o contexto da Região Centro-Oeste para realizarmos uma análise mais aprofundada. No Quadro 03 apresentamos o ano de publicação, o(a/s) autor(a/es/as) da produção, o tipo de produção, os locais de pesquisa e de publicação dos trabalhos selecionados. Além disso, utilizamos os códigos T1, T2, T3, T4, T5 e T6 para identificá-los nas análises posteriores.

Quadro 03 - Principais informações sobre as produções
Fonte: Elaboração pela autora (2025).

As produções tiveram como lócus os 3 estados da Região Centro-Oeste e o Distrito Federal, sendo um (1) trabalho no Distrito Federal, dois (2) em Goiás, um (1) no Mato Grosso e dois (2) no Mato Grosso do Sul. O trabalho mais antigo foi publicado no ano de 2007, em Campo Grande - MS, e o mais recente no ano de 2024, em Goiânia - GO.

Conforme o quadro 03, as produções selecionadas foram um artigo acadêmico, encontrado na base de dados Periódicos Capes e 5 dissertações, sendo uma delas vinculada ao Mestrado Profissional do Ensino de História. Dois (2) dos trabalhos selecionados se debruçam prioritariamente sobre os conhecimentos africanos e afro-brasileiros, dois (2) sobre a temática indígena e dois (2) sobre ambas.

O levantamento quali-quantitativo das produções evidenciou que há uma escassez de produções, especialmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Além disso, observou-se que houve um crescimento recente nas publicações, com um número maior de produções por ano a partir de 2015.

Esses dados permitem concluir que, embora o saberes das histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras seja obrigatório, essa invisibilização ainda persiste tanto nas escolas, especialmente na etapa dos anos iniciais, quanto na própria academia. Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas futuras que investiguem as práticas pedagógicas, as concepções de professores e estudantes, a formação docente, o currículo e os materiais

didáticos e paradidáticos relacionados. Tais estudos podem contribuir para a construção de um ensino que reconheça, valorize e respeite a importância histórica, social e cultural desses povos na formação da sociedade brasileira. Na seção seguinte apresentaremos os resultados e discussões sobre a análise qualitativa das produções que investigaram a Região Centro-Oeste.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção destacam-se os diferentes enfoques metodológicos e objetivos das pesquisas selecionadas. O T1 buscou compreender a postura dos educadores quanto à diversidade cultural. É necessário enfatizar que esta produção foi publicada no ano de 2007, 5 anos após a Lei nº 10.639/2003 e antes da Lei nº 11.645/2008. Na pesquisa de Angela Maria Alves (2007) foi identificado que as professoras entrevistadas conheciam a lei de forma superficial e que a temática era somente inserida no currículo escolar em ocasiões esporádicas e/ou em datas comemorativas, mesmo havendo no currículo da disciplina de História a abordagem das dimensões sociais.

Alves (2007) evidencia diversas dificuldades vividas pelos docentes, como a falta de preparo para o ensino desses conceitos, falta de formação continuada, a ausência de materiais didáticos e pedagógicos que abordam o conteúdo das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e um conhecimento ou interesse superficial sobre o tema. Apesar da autora destacar que os docentes reconheciam a importância de abordar a diversidade cultural em sala de aula, a autora conclui que os temas buscados são raramente abordadas nas atividades pedagógicas fora de um cenário específico ou em virtude de conflitos.

Diferentemente do T1, que foca a análise na postura dos educadores quanto à diversidade cultural, no T2, Elzanir Leandro Bandeira da Silva Monteiro (2015) utiliza o livro didático de História da educação de 2013 do Programa Nacional do Livro Didático como seu objeto de estudo, discorrendo sobre a importância do livro como auxílio para a prática pedagógica. A partir da análise, a autora identifica erros conceituais e históricos, naturalização da prática de tráfico de escravos, perspectivas eurocêntricas dominantes, falta de discussões acerca da criminalização da prática de escravização de pessoas, termos e retratos preconceituosos, estereotipados e europeizados sobre os povos africanos e portugueses, caracterizando os africanos como migrantes e os portugueses como aventureiros conquistadores, além da invisibilização da pluralidade dos povos africanos e a predominância do estudo sobre o povo africano apenas no contexto da escravidão.

No decorrer de sua análise, a autora reforça que os negros tiveram uma grande contribuição na Guerra do Paraguai, território do Mato Grosso do Sul, no entanto, os livros didáticos não ressaltam essa participação, enfatizando, novamente, o período escravagista. Nesse sentido, Monteiro (2015) identifica que o livro de História Regional não apresenta as contribuições dos negros e indígenas para a cultura Sul-Mato-Grossense e que, mesmo havendo orientações específicas sobre esses conhecimentos, os livros didáticos analisados pela autora não estão de acordo com o Plano Nacional do Livro Didático.

O T3, acrescenta uma contribuição à temática ao socializar uma proposta didático-pedagógica para o ensino de História nos anos iniciais. Anna Maria Ribeiro F. M. Costa (2016) elaborou uma proposta didático-pedagógica a partir do uso do livro infanto-juvenil “O rei e o menino índio”. Com a questão-problema de que os conhecimentos dos povos indígenas são pouco abordados nas escolas públicas e privadas, a autora, já no início de sua produção, enfatiza que há uma escassez de materiais sobre os povos indígenas, comparada aos materiais voltados aos povos negros. Além disso, a autora critica a pouca atenção e a ausência de iniciativas do Governo Federal de propostas de formações continuadas direcionadas aos conteúdos investigados.

O livro utilizado na proposta didático-pedagógica narra a história do Rei Leopoldo III, Rei Belga, que, ao visitar o Xingu, ficou encantado com a diversidade dos povos indígenas do Xingu, afirmando a frase “Se eu tivesse conhecido o Xingu antes... a Bélgica não teria perdido o Congo”. A partir dessa frase, a autora demonstra uma tomada de consciência crítica sobre os processos de colonização do rei belga, provocando nos estudantes a reflexão sobre o impacto da colonização no Brasil e a valorização da pluridiversidade étnico-racial. Por fim, a autora enfatiza a necessidade de se abordar a História não como um emaranhado de datas, personagens e fatos históricos, mas trabalhar concomitantemente o passado com o presente, mostrando aos estudantes que todos são sujeitos ativos de suas próprias histórias.

Já o T4, assim como o T2, tem como foco central o livro didático da disciplina de História. Borges (2022) analisa a representação dos povos indígenas nos livros didáticos. Seus resultados demonstram que há alguns tópicos indicando a orientação para a inserção dessa temática indígena no currículo de Goiás, porém, não há a obrigatoriedade de segui-la temporalmente. Assim, a autora afirma que as produções didáticas tratam a diversidade indígena como algo do passado, restando atualmente, nos materiais, apenas vestígios e lembranças, e, por isso, há um espaço isolado no livro destinado para esse contexto histórico. Com isso, a autora enfatiza que os livros didáticos não retratam o indígena na contemporaneidade e não apresentam sua etnia, ignorando e negando a diversidade étnica, histórica e cultural desses povos.

Da mesma forma que as outras produções, a ausência de materiais didáticos e paradidáticos é mais uma vez mencionada. Conforme aponta Borges (2022) o professor precisa recorrer a outras fontes, desenvolver e buscar conhecimento sobre a pauta indígena para buscar desconstruir estereótipos que estão presentes nos próprios livros didáticos e construir uma nova história, na qual os povos indígenas deixem de ser meros figurantes e passem a ter papel de autores e protagonistas.

Consideramos que esses conceitos necessitam ser escritas a partir de seus próprios conhecimentos e percepções. Só assim construiremos uma história em que os povos subalternizados sejam, de fato, os protagonistas. Nesse sentido, questionamos quem são as pessoas e a partir de qual perspectiva elas escrevem as histórias dos povos indígenas nos livros didáticos?

Ao final, a autora enfatiza que é necessário o aperfeiçoamento de políticas públicas, propostas curriculares, elaboração de livros e guias didáticos, práticas e saberes docentes para atender de forma efetiva à Lei nº 11.645/2008.

Da mesma forma que o T2 e o T4, o T5 também se configura como uma pesquisa documental. Ana Paula da Silva Pinheiro (2023) analisa os materiais didáticos de uma escola pública do Distrito Federal, buscando compreender como é proposta a história, a cultura e as relações étnico-raciais nos materiais didáticos para uma educação antirracista. A autora analisa todos os livros didáticos utilizados nas disciplinas curriculares do 1º ao 5º ano. Em sua análise, Pinheiro (2023) identifica a presença de discursos eurocêntricos na abordagem do processo de colonização, os quais ressaltam uma perspectiva heroica dos europeus. Em conclusão, Pinheiro (2023) enfatiza a necessidade de reavaliar detalhadamente os materiais didáticos, os quais ainda são elaborados a partir de visões eurocêntricas, com os conteúdos e termos equivocados, de duplo sentido e discriminatório.

Da mesma forma que no T2 a autora foi a campo, Lilian de Paula Lima (2024), autora do T6, também realizou uma pesquisa-ação em duas turmas do 4º ano do ensino fundamental I. Durante a semana, os alunos do 4º ano possuem três (3) aulas de história, com duração de 50 minutos cada. Em sua observação inicial, a autora identificou que apenas uma das professoras (professora C) buscava enfatizar a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira e a contribuição dos povos indígenas. Já a outra professora (professora B) priorizava as disciplinas de língua portuguesa e matemática, deixando as demais para quando houvesse tempo.

Lima (2024) menciona em sua análise a importância de trabalhar esses preceitos de forma transdisciplinar e explana que ainda é comum agrupa-las em disciplinas específicas. No mês de novembro, a autora aponta que houve uma predominância de discussões sobre a pauta racial na instituição em que realizou sua pesquisa de campo, devido ao Dia Nacional da Consciência Negra. As atividades propostas para abordar essa temática foram lúdicas, porém, não houve diálogos críticos-reflexivas com os estudantes.

Após a pesquisa de observação, as professoras da sala responderam a um questionário com questões relacionadas ao tema. Lima (2024) enfatiza que apenas a professora B estudou esses conteúdos durante sua formação inicial. Nesse sentido, a autora destaca a necessidade e urgência desses conhecimentos presentes nos currículos dos cursos de formação de professores, para que, ao atuarem, tenham um conhecimento aprofundado e segurança para abordarem esses conhecimentos, contudo, enfatizamos que apenas o reconhecimento da diversidade étnico-racial é insuficiente.

Sua implementação necessita passar por conversas críticas acerca das desigualdades que esses grupos ainda enfrentam na sociedade atual, o que é fruto de um período intenso de opressão, escravização, violências e extermínios.

O objetivo de sua abordagem em sala não é somente reconhecer que fazemos parte de uma sociedade miscigenada, mas que nossa sociedade foi construída pelos moldes coloniais, que utilizaram a raça como categoria para julgar, oprimir, escravizar e subalternizar, e que,

mesmo após décadas do fim desse período histórico explícito de colonização, as colonialidades simbólicas perduram e transparecem no racismo e nas desigualdades sociais.

Tendo isso em vista, o primeiro passo para combater as colonialidades enraizadas é identificar e reconhecer que elas estão presentes. E, para isso, é necessário estimular os estudantes a terem um olhar crítico sobre a realidade brasileira. Só assim, a educação começará a formar sujeitos que possam contribuir com o projeto decolonial.

Como última etapa metodológica, a autora produziu um site denominado *Webquest*, cujo tema é "A cultura afro-brasileira e o combate ao racismo", com o uso de atividades, questionários, informações, vídeos e jogos pedagógicos que abordam as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras.

Por fim, Lima (2024) menciona que ainda há racismo estrutural na escola e a instituição não propõe discussões sobre as tensões raciais, mas que a Lei 10.639/2003 vem sendo fundamental para que haja, de fato, uma discussão sobre as temáticas africanas e afro-brasileiras.

Contudo, apesar do avanço, mesmo após duas décadas da promulgação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, há a denúncia nas pesquisas recentes da falta de iniciativas dos Governos e Secretarias de Educação para propostas de formação continuada sobre as Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas.

Além disso, identificou-se que, de maneira geral, nos anos iniciais, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são priorizadas. Por haver uma grande cobrança do governo aos professores dessas disciplinas nos anos iniciais a partir das avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a disciplina de História é tratada como disciplina complementar, não havendo carga-horária de aulas necessária, formações continuadas, materiais suficientes e, até mesmo, cobranças externas sobre a qualidade em sua inserção.

Nesse sentido, o ensino de História nos anos iniciais não é valorizado por aqueles que constroem e elaboram o currículo escolar. Desse modo, caso sejam abordadas superficialmente, não há cobrança ou avaliação efetiva por parte das instituições. Observa-se, assim, que a preocupação em reconhecer a diversidade étnico-cultural presente em nossa sociedade, já evidenciada no ano de 2007, conforme registrado no T1, ainda se mantém como prioridade nos dias atuais.

Essa preocupação é evidente também nos livros, materiais e currículos que continuam reproduzindo silenciamentos e negações, deixando de problematizar e de tornar visíveis as tensões e desigualdades sociais decorrentes das colonialidades ainda presentes. Nesse sentido, compreendemos que além de reconhecer a diversidade étnico-cultural, é necessário promover práticas pedagógicas, materiais didáticos e políticas públicas que de fato atendam a essa demanda.

Diante desse cenário, evidenciamos que há ainda um longo caminho para que os conhecimentos indígenas e afro-brasileiras sejam abordados na educação básica visando a superação de opressões, negações e silenciamentos impostos a esses grupos, bem como a construção de uma nova conjuntura histórica a partir de seus protagonismos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos investigar as produções acadêmicas sobre a educação das temáticas indígena, africana e afro-brasileira nos anos iniciais, especificamente na disciplina de História. A partir da Revisão Sistemática de Literatura, identificamos que há um baixo número de trabalhos que investigam as Regiões Norte e Centro-Oeste.

A partir de seis (6) produções acadêmicas selecionadas, realizamos uma análise dos trabalhos que investigam a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 em instituições escolares localizadas na Região Centro-Oeste. As análises evidenciaram que recentemente houve um aumento da quantidade dessas pesquisas, demonstrando uma maior preocupação com o ensino étnico-racial nos anos iniciais.

Apesar disso, as discussões e percepções demonstram um tratamento mais direcionado ao respeito e reconhecimento da diversidade étnico-racial no país. Por assumirmos um viés decolonial, enfatizamos que os conhecimentos das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas deve ir além do reconhecimento da diversidade, deve refletir as políticas educacionais (e a falta delas), indagar os sistemas de ensino vigente, os discursos e

representações presentes nos livros didáticos, as estruturas curriculares, termos, conceitos e concepções mergulhadas em colonialidades simbólicas.

Enfatizamos que é necessário um olhar mais atento e crítico, buscando desconstruir perspectivas ocidentais impostas e visar a (re)construção de um contexto que valorize, emancipe e protagonize outros saberes. Dessa forma, é primordial que educação escolar, sobretudo o ensino de História, seja orientado pelas epistemologias indígenas e afro-brasileiras, evidenciando as múltiplas contribuições desses grupos no passado e no presente, superando apenas a narrativa colonial que evidencia esses povos apenas nos períodos de escravidão e de colonização.

Além disso, o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas deve ser ensinado a partir de suas próprias epistemologias, trazendo outras percepções distantes da ocidental sobre a formação das sociedades. Diante disso, compreendemos que é ainda necessário lutar pelo rompimento de paradigmas eurocêntricos e hegemônicos, que estão infiltrados em todas as dimensões do sistema educacional.

Logo, concluímos que uma das vias para iniciarmos essa construção se apresenta na reorganização dos currículos dos cursos de formação inicial e continuada de professores. Esses currículos devem estar alinhados a uma perspectiva decolonial que se proponha refletir, instigar e provocar o sistema vigente, formando docentes capazes de fomentar reflexões potentes junto aos estudantes, visando a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Angela Maria Alves. **A Inserção da temática racial nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola da rede pública municipal de Campo Grande**. 2007. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 127–148, 2013. DOI: 10.20949/rhhj.v1i2.44. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/44. Acesso em: 1 nov. 2024.

BORGES, Andréa Rezende. **O indígena real ou imaginário:** um breve debate sobre a invisibilidade cultural indígena nos livros didáticos. 2022. 121f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História e Ciências Sociais - Universidade Federal de Catalão - GO, 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Fórum Brasileiro De Segurança Pública (FBSP). **Atlas da violência 2024**. Coordenadores: Daniel Cerqueira, Samira Bueno, Renato Sérgio de Lima. Brasília, DF: Ipea; São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4600-atlasviolencia2024.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2013.

CANDAU, Vera. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Rev. Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.

CAPES. **Observatório da Pós-Graduação do Brasil**. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 5 jun. 2025.

CARVALHO, Leila Melo de; SCARAMUZZA, Genivaldo Frois. Indigenous themes and law 11.645/2008 in the context of an amazon public school in a decolonial reading. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e171111436150, 2022. DOI: 10.33448/rsdv11i14.36150. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36150. Acesso em: 1 nov. 2024.

CHAMORRO; Graciela. COMBÈS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** História, cultura e transformações sociais. Orgs: Graciela Chamorro, Isabelle Combès -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Moreira da. **O Parque Indígena do Xingu e o Congo Belga:** ensino de História e pluralidade cultural nos anos iniciais do Ensino Fundamental. História & Ensino, *[S. l.]*, v. 22, n. 2, p. 33–48, 2016. DOI: 10.5433/2238-3018.2016v22n2p33. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26618. Acesso em: 25 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora,** *[S. l.]*, v. 33, n. 59, 2021. DOI: 10.7213/1980-5934.33.059.DS06. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991. Acesso em: 30 jan. 2025.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. Guia Para Estudos De Revisão Sistemática: Uma Opção Metodológica Para As Ciências Do Movimento Humano. **Movimento**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 395–411, 2013. DOI: 10.22456/1982-8918.41542. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/41542. Acesso em: 26 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. Censo Demográfico 2022. **Censo Demográfico 2022 Indígenas Primeiros resultados do universo.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf. Acesso em: 14 ago 2023.

LIMA, Lilian de Paula. **WebQuest**: uma proposta para o ensino de história e cultura afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental. Orientador: Danilo Rabelo. 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2024.

LISTON, Rose Cristiani Franco Seco. **A temática étnico-racial no ensino fundamental: percepção dos professores sobre as práticas pedagógicas antirracistas**. 2023. 148 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Dom Bosco. 2023

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. p. 27-54, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

MONTEIRO, Elzanir Leandro Bandeira da Silva. **História e cultura afro-brasileira nos livros didáticos de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Ladário-MS**. 2015. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá - MS, 2015.

PINHEIRO, Ana Paula da Silva. **Análise sobre a presença da temática étnico-racial em materiais didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica do Distrito Federal**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro; SANTANA, Jacqueline Borlinques Paulo. Temática indígena em escolas urbanas de ensino fundamental. Horizontes - **Revista de Educação**, v. 11, n. 18, p. 169–190, 2022. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/16603. Acesso em: 1 nov. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial:** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 308 p, 2007.

---

i Sobre os autores**:**

Danrvney Christian Monteiro dos Santos (https://orcid.org/0000-0002-8187-5989)
doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2025-), mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2014), especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (UCAM, 2015) e licenciada e bacharel em História pela UFGD (2010 e 2011, respectivamente). Atuou como professora nas redes estadual e particular de ensino em Dourados/MS entre 2012 e 2019. Desde 2019, é professora em regime de dedicação exclusiva no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), atualmente lotada no Campus Dourados. Desempenhou as funções de coordenadora de Educação a Distância (COEAD) no IFMS Campus Corumbá (09/2019 a 12/2020) e coordenadora do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais (COCIP) (01/2021 a 09/2021 e 04/2022 a 07/2022). Desde 2019, integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFMS. Coordenou o projeto de ensino Educação e Resistência: caminhos para uma educação antirracista, antissexista e libertadora, com apoio financeiro e três estudantes bolsistas, foi coordenadora da Meta 2 - Fortalecimento de mulheres e jovens indígenas, do Projeto Teko Porã , coordenado pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (Prodi) do IFMS, Fernando Silveira Alves. Os seus interesses de pesquisa incluem educação para as relações étnico-raciais, feminismo, gênero, história indígena com enfoque nos povos Kaiowá e Guarani.

Rafaela Bayerl de Lima (https://orcid.org/0009-0008-3586-2774)
Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEDU/UFGD). Professora do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Educação da cidade de Dourados – Mato Grosso do Sul. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Escolar Indígena, Interculturalidade e Inclusão (GEPEEIN/CNPq).

Cryseverlin Dias Pinheiro Santos (https://orcid.org/0000-0002-8187-5989)
doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2025-), mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2014), especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (UCAM, 2015) e licenciada e bacharel em História pela UFGD (2010 e 2011, respectivamente). Atuou como professora nas redes estadual e particular de ensino em Dourados/MS entre 2012 e 2019. Desde 2019, é professora em regime de dedicação exclusiva no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), atualmente lotada no Campus Dourados. Desempenhou as funções de coordenadora de Educação a Distância (COEAD) no IFMS Campus Corumbá (09/2019 a 12/2020) e

coordenadora do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais (COCIP) (01/2021 a 09/2021 e 04/2022 a 07/2022). Desde 2019, integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFMS. Coordenou o projeto de ensino Educação e Resistência: caminhos para uma educação antirracista, antissexista e libertadora, com apoio financeiro e três estudantes bolsistas, foi coordenadora da Meta 2 - Fortalecimento de mulheres e jovens indígenas, do Projeto Teko Porã , coordenado pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (Prodi) do IFMS, Fernando Silveira Alves. Os seus interesses de pesquisa incluem educação para as relações étnico-raciais, feminismo, gênero, história indígena com enfoque nos povos Kaiowá e Guarani.

Como citar este artigo:

SANTOS, Danrvney Christian Monteiro dos; LIMA, Rafaela Bayerl; SANTOS, Cryseverlin Dias Pinheiro. ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas nos anos iniciais: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. vol. 16, n. 1, p. 98-110, 35ª Edição, 2026. https://periodicos.unemat.br/index.php/recs.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM –SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR